

n.º 497/99, de 19 de Novembro, ficando posicionada no 1.º escalão, índice 295.

5 de Agosto de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Teresa Monteiro*.

Inspeção-Geral de Jogos

Rectificação n.º 1416/2005. — Por ter saído com inexactidão o n.º 8.2 do aviso n.º 6978/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 143, de 27 de Julho de 2005, rectifica-se que onde se lê «Rua de D. Luís I, 2.º, 1200-149 Lisboa» deve ler-se «Rua de D. Luís I, 5, 2.º, 1200-149 Lisboa».

4 de Agosto de 2005. — O Subinspector-Geral, em substituição do Inspector-Geral, *António José Maria Alegria*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 17 986/2005 (2.ª série). — Através do despacho n.º 9969/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 86, de 4 de Maio de 2005, determinei que fosse destacado, para exercer funções de apoio ao meu Gabinete, o assistente administrativo principal, do quadro de pessoal da Secretaria-Geral deste Ministério, João Alberto Brito Santos.

Tornando-se necessário, neste momento, proceder à nomeação de um motorista para o meu Gabinete, determino que o assistente administrativo principal, João Alberto Brito Santos, passe a exercer funções de motorista no meu Gabinete.

1 de Julho de 2005. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura

Despacho (extracto) n.º 17 987/2005 (2.ª série). — Por despacho de 28 de Julho de 2005 do subdirector-geral das Pescas e Aquicultura:

Cândido Rui Serrão Gomes e Susana Cristina Fernandes da Fonseca Felizardo, técnicos de informática-adjuntos dos níveis 3 e 2 respectivamente, da carreira de técnico de informática — nomeados definitivamente, precedendo concurso, técnicos de informática do grau 1, nível 1, da carreira de técnico de informática, do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, com efeitos à data do despacho, ficando posicionados no escalão 1, índice 320, considerando-se exonerados da anterior categoria a partir da data do despacho.

Nuno Miguel Monteiro Braz, técnico de informática do grau 1, nível 1, a exercer funções em regime de contrato administrativo de provimento no Instituto para a Qualidade na Formação — nomeado, precedendo concurso, em regime de contrato administrativo de provimento, com a duração de seis meses, correspondente ao período de estágio, na categoria de técnico de informática do grau 1, nível 1, da carreira de técnico de informática, do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, com efeitos à data da aceitação, ficando posicionado no escalão 3, índice 370.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Agosto de 2005. — O Director-Geral, *Eurico Monteiro*.

Rectificação n.º 1417/2005. — Por ter saído com inexactidão o despacho (extracto) n.º 16 579/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 146, de 1 de Agosto de 2005, a p. 10 994, rectifica-se que onde se lê «nomeados definitivamente, precedendo concurso, técnicos especialistas de informática do grau 2, nível 1,» deve ler-se «nomeados definitivamente, precedendo concurso, especialistas de informática do grau 2, nível 1».

1 de Agosto de 2005. — O Director-Geral, *Eurico Monteiro*.

Direcção-Geral dos Recursos Florestais

Despacho n.º 17 988/2005 (2.ª série). — Por despachos de 15 de Junho e de 18 de Julho de 2005, respectivamente da subdirectora-geral

dos Recursos Florestais e do presidente do Instituto da Conservação da Natureza:

Arménio Manuel Trindade Ricardo, assistente administrativo especialista — autorizada a requisição nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com efeitos a 1 de Agosto de 2005, ficando afecto ao Núcleo Florestal do Alto Alentejo. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Paulo Freitas*.

Despacho n.º 17 989/2005 (2.ª série). — Por despachos de 6 e de 19 de Julho de 2005, respectivamente da subdirectora-geral dos Recursos Florestais e do director regional de Agricultura do Alentejo:

Maria Paula Vidigal Canelas Pinto Besugo, assistente administrativa especialista — autorizada a requisição para esta Direcção-Geral, com efeitos a 1 de Setembro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Paulo Freitas*.

Despacho n.º 17 990/2005 (2.ª série). — Por despachos de 15 de Junho e de 8 de Julho de 2005, respectivamente da subdirectora-geral dos Recursos Florestais e do vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, foi autorizada a requisição, nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, do vigilante da natureza Agostinho Manuel Alves Tomás, com efeitos a 1 de Agosto de 2005, ficando afecto ao Núcleo Florestal do Alto Alentejo. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Paulo Freitas*.

Direcção-Geral de Veterinária

Despacho n.º 17 991/2005 (2.ª série). — Por despacho de 3 de Agosto de 2005 do director-geral de Veterinária:

Maria Julieta Henriques Carvalho dos Santos, técnica superior principal da carreira de jurista do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Veterinária — nomeada para exercer, em regime de substituição, o cargo de chefe de divisão do Gabinete Jurídico deste organismo, em conformidade com o disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com efeitos a 25 de Julho do corrente ano.

Anexa-se síntese da nota curricular académica e profissional da nomeada. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Agosto de 2005. — A Directora de Serviço, *Aida Sebastião Palminha*.

Nota curricular

Nome — Maria Julieta Henriques Carvalho dos Santos.

Data de nascimento — 20 de Agosto de 1965.

Habilitações — licenciatura em Direito.

Lugar do quadro — técnico superior principal da carreira de jurista, de nomeação definitiva, do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Veterinária.

Actividade profissional:

De 19 de Fevereiro de 1990 a 1 de Abril de 1993, exercício das funções de jurista no Gabinete de Apoio Jurídico da Direcção-Geral da Pecuária;

De 2 de Abril de 1993 a 1 de Maio de 1997, exercício das funções de jurista na Divisão de Apoio Jurídico do Instituto de Protecção da Produção Agro-Alimentar;

Desde 2 de Maio de 1997, exercício das funções de jurista no Gabinete Jurídico da Direcção-Geral de Veterinária;

Formadora nas áreas de direito administrativo, direito contra-ordenacional e legislação específica da Direcção-Geral de Veterinária.

Despacho n.º 17 992/2005 (2.ª série). — Por despacho de 3 de Agosto de 2005 do director-geral de Veterinária:

Paulo Fernando Gonçalves Duarte, tratador de animais, da carreira de tratador de animais, do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Veterinária — nomeado em regime de comissão de serviço extraordinária, pelo período de seis meses, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, com efeitos a 1 de Maio do corrente ano, para o exercício das funções correspondentes à carreira de assistente administrativo, com vista a posterior reclassificação pro-

fissional na categoria de assistente administrativo daquela carreira. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Agosto de 2005. — A Directora de Serviço, *Aida Sebastião Palminha*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Escola Náutica Infante D. Henrique

Edital n.º 740/2005 (2.ª série). — *Abertura de concurso documental para recrutamento de um professor-adjunto para a área científica de Navegação da Escola Náutica Infante D. Henrique.* — 1 — Em conformidade com os artigos 15.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, e demais disposições legais em vigor, a Escola Náutica Infante D. Henrique (ENIDH) torna público que, por despacho do director de 28 de Julho de 2005, se encontra aberto concurso documental, pelo prazo de 30 dias seguidos a contar da data de publicação do presente edital no *Diário da República*, para o recrutamento de um professor-adjunto destinado à área científica de Navegação da ENIDH.

2 — Este concurso destina-se ao provimento de uma vaga do quadro de pessoal docente da ENIDH constante do anexo A a que se refere o artigo 42.º do regulamento aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 71/85, de 31 de Outubro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 1053/94, de 2 de Dezembro.

3 — O local de trabalho é na ENIDH, em Paço de Arcos, Oeiras.

4 — Ao referido concurso, válido pelo prazo de um ano contado da data de afixação da respectiva lista de classificação final, serão admitidos os candidatos que satisfaçam quaisquer das alíneas do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho.

5 — Os interessados deverão solicitar a sua admissão ao concurso através de requerimento dirigido ao director da ENIDH, no qual deverão constar as seguintes indicações:

- Nome completo;
- Filiação;
- Data e local de nascimento;
- Estado civil;
- Profissão;
- Residência;

e instruindo o requerimento com os seguintes documentos:

- Certidão do registo de nascimento;
- Bilhete de identidade ou fotocópia autenticada;
- Certificado do registo criminal;
- Prova de não sofrer de doença contagiosa e de possuir a robustez necessária para o exercício do cargo feita por meio de atestado do delegado de saúde da residência do interessado;
- Certificado de ausência de tuberculose evolutiva e resultados da prova da tuberculina ou vacinação BCG, passados por dispensário oficial antituberculoso;
- Certificado comprovativo de ter cumprido as leis de recrutamento militar (somente para os candidatos do sexo masculino);
- Documento comprovativo das habilitações referidas no n.º 4; e,
- Quatro exemplares do *curriculum vitae* detalhado e actualizado.

6 — Para o efeito do concurso é dispensada a apresentação dos documentos referidos nas alíneas g) a m) do número anterior aos candidatos que já sejam professores da ENIDH ou que declarem nos respectivos requerimentos, em alíneas separadas, sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontram relativamente ao conteúdo de cada uma daquelas alíneas.

7 — Constituem critérios de selecção e de ordenação dos candidatos:

- Ter a categoria de capitão da marinha mercante;
- Habilitação com grau de mestre nas áreas científicas da Marinha Mercante e ou Portos;
- Experiência de docência no ensino superior na área da Navegação e Simulação;
- Disponibilidade e vocação para actividade de investigação e desenvolvimento de projectos nos sectores da marinha mercante e portos;
- Abonação por técnicos da especialidade de reconhecido mérito;
- Resultado da entrevista, se considerada necessária pelo júri.

8 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

9 — O júri poderá exigir aos candidatos a apresentação dos documentos comprovativos das suas declarações.

10 — Os avisos e as listas relativas ao concurso serão afixados no átrio principal da ENIDH nos termos dos regulamentos em vigor.

11 — O não cumprimento do estipulado no presente edital implica a exclusão das candidaturas.

12 — O júri do concurso terá a seguinte composição, sendo o presidente substituído nas suas faltas e ou impedimentos pelo 1.º vogal:

Presidente — Nuno Miguel Mónica de Oliveira, professor da Escola Naval.

Vogais:

António Luís Parreira Fera, professor-adjunto da ENIDH.
Joaquim Henrique Almeida de Oliveira, professor-adjunto da ENIDH.

13 — Das decisões do júri não cabe recurso, excepto em caso de vício de forma.

14 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a ENIDH, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

28 de Julho de 2005. — O Director, *João Reverendo da Silva*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, I. P.

Listagem n.º 175/2005. — Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 19.º da Portaria n.º 799-B/2000, de 20 de Setembro, publicam-se os apoios do FSE concedidos desde 1 de Janeiro e até 30 de Junho de 2005, no âmbito do PO Saúde:

(Em euros)

Número de identificação fiscal	Entidades beneficiárias dos pedidos	Apoios concedidos	
		Custo total	FSE
503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo	58 609,58	43 957,18
503148709	Administração Regional de Saúde do Algarve	12 753,67	9 565,25
503135593	Administração Regional de Saúde do Norte	17 302,85	12 977,13
500851875	Associação Protectora dos Diabéticos de Portugal	35 902,92	26 927,19
503767336	Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro — Rovisco Pais	2 869,72	2 152,29
506361659	Centro Hospitalar da Cova da Beira, S. A.	737,34	553,00
505197685	Centro Hospitalar da Póvoa de Varzim — Vila do Conde	41 893,13	31 419,85
501615806	Centro Hospitalar de Coimbra	237 461,34	178 096,01
506894924	Centro Hospitalar de Lisboa (Zona Central)	3 250,00	2 437,50
501603395	Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia	100 099,95	75 074,97
507062523	Centro Hospitalar do Baixo Alentejo, S. A.	27 940,12	13 017,09
507062540	Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, S. A.	4 867,50	3 650,62